

Sumário

NOTA DO TRADUTOR À 7.^a EDIÇÃO, 7
 NOTA DO AUTOR À 6.^a EDIÇÃO, 9
 APRESENTAÇÃO DA 2.^a EDIÇÃO – CEZAR ROBERTO BITENCOURT, 13
 APRESENTAÇÃO DA 1.^a EDIÇÃO, 17
 PREFÁCIO À 1.^a EDIÇÃO, 19
 OBRAS DOS AUTORES, 23

PRIMEIRA PARTE

Introdução aos Fundamentos Teóricos da Criminologia

ANTONIO GARCÍA-PABLOS DE MOLINA

Tradução de *Luiz Flávio Gomes, Yellbin Morote García e Davi Tangerino*

Capítulo Primeiro: A Criminologia como ciência empírica e interdisciplinar. Conceito, método, objeto, sistema e funções da Criminologia, 33

I – A Criminologia como ciência empírica e interdisciplinar, 34

II – O método da Criminologia: empirismo e interdisciplinaridade, 36

III – O objeto da Criminologia: delito, delinquente, vítima e controle social, 65

IV – Funções da Criminologia, 142

V – O sistema da Criminologia, 159

VI – A posição “institucional” da Criminologia, 162

Capítulo Segundo: História do pensamento criminológico. A Consolidação da Criminologia como Ciência: A luta de escolas e as diversas teorias da criminalidade, 165

I – Introdução: a origem da Criminologia “científica”, 165

II – A etapa “pré-científica” da Criminologia, 166

III – A etapa científica da Criminologia, 175

Capítulo Terceiro: A Moderna Criminologia “científica” e os Diversos

Modelos Teóricos Explicativos do Delito. Biologia Criminal, Psicologia Criminal e Sociologia Criminal, 192

I – A moderna Criminologia “científica”: modelos teóricos explicativos do comportamento criminal. Biologia Criminal, Psicologia Criminal e Sociologia Criminal, 193

A) Modelos de cunho biológico (“biologistas”), 208

B) Modelos de cunho psicológico (“psicologistas”): psicologia, psicopatologia e psicanálise criminal, 231

C) Modelos sociológicos, 281

II – Teoria e práxis criminológica. Reflexão final, 333

Capítulo Quarto: Prevenção do delito no Estado Social e Democrático de Direito, 336

I – A prevenção do delito no Estado “social” e “democrático” de Direito, 336

II – O conceito de “prevenção” e seus diversos conteúdos, 337

III – Modelos teóricos de prevenção do delito, 340

IV – Segurança pública, segurança privada e gestão pessoal da segurança e a prevenção do delito, 369

V – Análise e avaliação dos principais programas de prevenção do delito, 373

VI – Bases de uma moderna política criminal de prevenção do delito, 386

Capítulo Quinto: Análise criminológica dos diversos modelos e sistemas de reação ao delito, 388

I – Introdução, 388

II – O modelo “dissuasório” clássico, 389

III – O modelo “ressocializador”, 391

IV – O modelo integrador, 416

V – Tendências atuais: o denominado “modelo de segurança cidadã”, 439

Epílogo: Tendências e orientações da moderna Criminologia científica desde a segunda metade do século XX, 445

SEGUNDA PARTE

Introdução às Bases Criminológicas da Lei 9.099/95 – Lei dos Juizados Especiais Criminais

LUIZ FLÁVIO GOMES

Capítulo Primeiro: O modelo consensual brasileiro de Justiça Criminal. Notas aproximativas, 463

I – Da Justiça Criminal conflitiva à Justiça Criminal consensuada (espaço de consenso e espaço de conflito), 463

II – O “modelo consensual” como fonte de inspiração da Lei 9.099/95, 465

III – Delimitação legal do “espaço de consenso”: infrações de menor e de médio potencial ofensivo, 466

IV – Os princípios fundamentais do modelo consensual de Justiça Criminal, 467

V – A quebra do modelo político-criminal paleorrepressivo, 471

VI – Breve síntese do “novo paradigma” de Justiça Criminal consensuada, 472

VII – As quatro medidas despenalizadoras da Lei 9.099/95: aplicação imediata e retroativa, 474

VIII – O presente e o futuro do modelo consensual brasileiro de Justiça Criminal, 474

IX – O espaço de consenso como expressão típica do Direito sancionador, 477

Capítulo Segundo: A Vitimologia e o modelo consensual de Justiça Criminal, 479

I – Da perspectiva político-criminal da neutralização ao modelo reparatório de Justiça Criminal, 479

II – A importância da tendência político-criminal que privilegia a reparação dos danos, 481

III – O papel da reparação dos danos nos diversos modelos ou sistemas de reação ao delito, 483

IV – A reparação dos danos na Lei 9.099/95: aproximação à sua disciplina jurídica, 487

V – Natureza jurídica da reparação dos danos na Lei 9.099/95, 489

VI – Crimes de trânsito e a Lei dos Juizados Criminais, 489

VII – Conclusões, 490

BIBLIOGRAFIA, 491

1. Bibliografia brasileira (ou em língua portuguesa) sobre Criminologia, 491

2. Outras fontes bibliográficas consultadas e/ou indicadas, 497